

ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA LOCALIDADE DE CERRO AZUL, NO MUNICÍPIO DE PINHAL GRANDE, RS: 1996-2006¹

SOCIO-SPATIAL ORGANIZATION OF THE TOWN OF CERRO AZUL, IN THE CITY OF PINHAL GRANDE, RS: FROM 1996 TO 2006

Ivani Belenice Dallanora² e Valdemar Valente³

RESUMO

Analisar o processo de organização socioespacial da localidade de Cerro Azul, no município de Pinhal Grande, RS, no período de 1996 a 2006, de modo a enfatizar as transformações ocorridas nesse espaço, constitui o objetivo principal neste trabalho. Nesse sentido, destaca-se também o processo de evolução da agricultura brasileira, sua importância e modernização. Para realização desta pesquisa, primeiramente, construiu-se o referencial teórico; em seguida, levantaram-se dados em 70 propriedades da área de estudo, mediante a aplicação de um questionário. Também foi realizado levantamento junto ao IBGE, com a finalidade de buscar informações acerca das diversidades sociais, econômicas e ambientais presentes na área estudada. Utilizou-se o método de abordagem dedutivo, em que se parte do geral até atingir a área de estudo. Os resultados obtidos com a pesquisa revelam transformações concretas, ocorridas no espaço geográfico de Cerro Azul, bem como a lentidão do processo de modernização e a interdependência, cada vez maior, da pequena propriedade em relação aos grupos empresariais, além de sua desvalorização diante do processo produtivo e das transformações condicionadas pelas interações existentes entre os diversos elementos que constituem o modelo de produção capitalista. Diante disso, é evidente não só a contraditoriedade da evolução da agricultura da referida localidade, como também a ausência de conhecimentos dos agricultores para melhorarem a capacidade de produção e conservação do espaço agrícola, com a finalidade de limitarem a inserção de novas condições de produção nesse espaço e, por isso, eles ocasionam a diminuição da produtividade, o desgaste dos solos, bem como a queda de sua qualidade de vida. Portanto, a organização espacial dessa área é o reflexo de uma política agrícola que não valoriza os anseios do pequeno agricultor, nem a integração das atividades agrícolas existentes, pois o que se visualiza é uma agricultura tradicional, dependente e com forte resistência a sua diversificação, o que contribui para a descapitalização da pequena propriedade.

Palavras-chave: organização espacial, agricultura, modernização.

ABSTRACT

The paper analyzes the socio-spatial organization process of the town of Cerro Azul, in the city of Pinhal Grande, RS, from 1996 to 2006 in order to verify the transformations occurred in this space. In this sense, it is also highlighted the evolution process of Brazilian agriculture, its importance and modernization. First, it was built up the theoretical framework; then data was gathered from 70 land properties within the study area by applying a questionnaire. Also, a survey was conducted at IBGE in order to find some information about the social, economic and environmental diversity present in the area. The approach used is deductive, in which there is the movement from general to the specific study area. The results of the survey reveal some specific changes occurring in the geographical area of Cerro Azul, and the slow process of modernization

¹ Trabalho Final de Graduação - TFG.

² Acadêmica do Curso de Geografia - Centro Universitário Franciscano.

³ Orientador - Centro Universitário Franciscano.

and interdependence of the small holdings compared to corporate groups, as well as its devaluation before the process production and transformations conditioned by the interactions between the various elements that make up the capitalist production model. It becomes evident the contradictoriness of the evolution of the local agriculture, and the farmers' lack of knowledge to improve their production and conservation of agricultural land. The limitation new production conditions in causes a productivity reduction with soil worn out, and a low life quality. Therefore, the spatial organization of this area is the result of an agricultural policy that does not value the small farmers' wishes nor the integration of existing agricultural activities. What can be seen is a traditional agriculture that is dependent and resistant to its diversification. All these characteristics contribute for the impoverishment of small properties.

Keywords: *spatial organization, agriculture, modernization.*

INTRODUÇÃO

É no espaço agrícola que o homem desenvolve uma de suas atividades mais importantes, a agricultura, que surgiu como forma de atender as suas necessidades de subsistência. Segundo Valente (1995, p. 114), “a construção do espaço agrário é, portanto, o resultado da ação do homem sobre o meio, ou seja, o espaço é produzido pelo trabalho, mediante o emprego de energia e de um planejamento às vezes até inconsciente”. É em virtude dessa interação com a natureza que o homem cria espaços diferenciados, conforme sua organização de trabalho.

A agricultura é uma das mais importantes atividades econômicas do mundo. Através dela, um grande número de pessoas consegue sustentar-se, ou seja, produzir para alimentar sua família e também abastecer o mercado, seja interno, seja externo. Porém, esta atividade está sendo impactante no que tange às questões social, econômica, tecnológica, cultural e ambiental, devido, principalmente, à modernização e à tecnificação, as quais chegaram ao campo.

No entanto, é no lugar que o ser humano busca sua estabilidade. Mas, ao mesmo tempo, transforma a paisagem daquele, ou seja, o meio físico, social e econômico cede às transformações. Isso se deve à ambição do homem, seja ela material, seja econômica, assim como em virtude do consumismo e da busca de melhores condições de vida.

Logo, a temática, “organização socioespacial da localidade de Cerro Azul, no município de Pinhal Grande, RS”, atende à linha de pesquisa, “organização do espaço geográfico”, do curso de Geografia do Centro Universitário Franciscano, a qual busca compreender as transformações do espaço, objeto de estudo da Geografia, bem como o desenvolvimento urbano-rural, contribuindo para estudos na área da ciência geográfica, através da Geografia Agrária. Neste estudo, abrangem-se percepções sobre espaço natural e a sociedade em que o homem se encontra inserido como um ser modificador daquele, mediante suas relações sociais, econômicas e políticas.

Nesse viés, também se considera importante esta pesquisa por integrar conhecimentos à Geografia Agrária, envolvendo o espaço agrário, bem como para proporcionar à sociedade e à administração municipal os resultados obtidos para que essas tenham conhecimento da realidade levantada, a fim de planejarem ações visando ao desenvolvimento econômico do município.

Em virtude do exposto, escolheu-se a localidade de Cerro Azul, município de Pinhal Grande, RS, para desenvolver o presente estudo. Assim, é importante não só reconhecer as diversidades naturais, sociais e econômicas, resultantes do processo de organização do espaço agrário local, mas também analisar o processo de organização socioespacial e as transformações ocorridas nesse espaço ao longo dos últimos anos.

EVOLUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

A formação e a organização do espaço agrário brasileiro resultam do processo de ocupação e exploração territorial que surgiu no início da colonização. Sua ocupação apresentou desigualdades em virtude de não ocorrer de forma homogênea em todo o território e por beneficiar apenas os interesses da metrópole portuguesa.

Para Furtado (1956), a base do processo de ocupação do território brasileiro se deu através da introdução da agricultura baseada no cultivo da cana-de-açúcar, no início do Período Colonial. Essa atividade se desenvolveu por dois séculos, apoiada em uma economia exportadora-escravocrata, tendo a força de trabalho e os aspectos naturais como recursos mais importantes para o seu desenvolvimento.

Com o fim da “era colonial”, a economia do Brasil Colônia estava baseada na produção do açúcar industrializado como única fonte econômica. Para Prado Júnior (1994), foi no fim desse período que o Brasil se tornou independente, desenvolvendo sua economia extremamente rural sob o domínio do governo português que aqui se instalou. A produção baseada na monocultura canavieira, ao longo do litoral, tornou-se a principal atividade destinada ao mercado internacional, devido à maior facilidade para a comercialização dos produtos, em uma época, na qual o isolamento era total entre as regiões.

Através da introdução da atividade cafeeira no século XIX, o Brasil passou por um novo processo de evolução econômica, que levou a novas transformações do seu espaço produtivo e da divisão social do trabalho. À época, a economia caracterizou-se pela transformação de uma economia escravista de grandes plantações, presente no início desse século, em um sistema econômico baseado no colonato. Com a introdução do trabalho assalariado no Brasil, nas regiões dos cafezais, houve a necessidade da imigração dessa força de trabalho das regiões europeias.

A partir de 1824, a região meridional do Brasil, aqui entendida como o Rio Grande do Sul, foi parcialmente colonizada por imigrantes europeus que ocuparam o vale do Rio Pardo, dos Sinos, etc., embora a imigração de açorianos já ocorresse anteriormente, onde hoje se situa Porto Alegre. A presença dos imigrantes e a implantação da pequena propriedade proporcionaram uma nova forma de organização do espaço agrícola rio-grandense e brasileiro, promovendo a diversificação das atividades econômicas do país. Também, nesse período, determinou-se a ampliação das redes de transportes, mediante a construção de estradas para garantir melhor integração espacial.

Durante o século XIX e nos dois primeiros decênios do século XX, a economia cafeeira foi a principal atividade econômica do país. Segundo Furtado (1985), o café permitiu ao país reintegrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial, encontrando condições de autofinanciamento, expandindo assim sua produção. Com o início da República, a partir de 1889, o café brasileiro começa a dominar os mercados mundiais e sua produção se alastra para o oeste paulista, além disso, através da acumulação de capitais, permite o desenvolvimento de inúmeras indústrias têxteis, favorecidas pelo desenvolvimento dos transportes, dos meios de comunicação, dos financiamentos externos e da mão de obra assalariada barata, existente desde a era Imperial.

A expansão da produção agrícola na pequena propriedade, no Brasil, só veio a se desenvolver definitivamente a partir da crise do café em 1929, pois, segundo Valente (2001, p. 22), “até então não havia lugar nem condições de implantar, no Brasil, a pequena propriedade, porque a economia era voltada para o mercado externo em larga escala”. A partir desse período, é introduzida no país uma política conhecida como “substituição de importações”, ou seja, com a queda das exportações, inicia-se a produção secundária com financiamento de capitais nacionais e internacionais.

Nesse contexto, a agricultura de subsistência se expandiu, no Brasil, nos últimos séculos, acarretando importantes modificações na estrutura produtiva do país. No entanto, expandiu-se de forma homogênea por todas as regiões, pois algumas áreas sofreram muitas restrições, ocasionadas, principalmente, pela presença de grandes propriedades. A partir da década de 1970, a agricultura brasileira se moderniza, transformando a base do processo produtivo através da formação de novos espaços de produção, sendo que o campo passa a ser atendido por uma demanda industrial como forma de extração de sua renda.

Segundo Silva (1981 apud CAMPOS; TSUKAMOTO, 2003, p. 21):

[...] após se haver consolidado a hegemonia do capital industrial com a industrialização pesada que se deslança o processo de modernização da agricultura brasileira [...] em poucas palavras no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro do pós-guerra, a agricultura se converteu gradativamente num setor subordinado à indústria e por ela transformada.

Com essa política de modernização da agricultura, que lhe estimulava o crédito, constata-se uma nova espacialização da produção agrícola no Brasil, por meio da modernização dos meios de produção, mediante a introdução de novas técnicas e métodos de uso do solo, do fornecimento de máquinas, da aplicação de corretivos e herbicidas e do uso de sementes melhoradas, o que resultou no aumento da produção, paralelamente à liberação de mão de obra desse setor. A dinamização dos meios de transporte e a diversidade dos produtos também contribuíram nesse processo. Assim, a agricultura brasileira se apresenta com uma grande dispersão espacial, com áreas mais desenvolvidas e uma agricultura mecanizada, integrada às indústrias: são os chamados complexos agroindustriais. É uma agricultura tradicional, na qual predomina ainda a pequena propriedade para a subsistência, sem acesso ao processo de modernização e com forte dependência dos recursos de ordem natural.

Logo, a mecanização da agricultura, resultante desse avanço tecnológico, acarretou uma nova forma de organização do espaço agrário, pois esse passou a estar estritamente vinculado às necessidades impostas pelo espaço urbano, produzindo alimentos e matérias-primas aos habitantes e às indústrias das cidades, além da inclusão de novos e variados elementos de ordem cultural no campo. Dessa forma, aumentou-se a demanda de produção agrícola, mas diminuiu-se e subordinou-se a força de trabalho para benefício do capital.

O processo de revolução técnico-científico ocasionou, nos últimos 30 anos, uma grande mudança no espaço geográfico. A intensificação do processo contraditório, presente no espaço agrícola, é feita através da distribuição de grande parte do capital fixo nas mãos de uma pequena parcela da população: há os latifundiários, que ocupam um maior espaço territorial, desenvolvendo uma agricultura voltada para o mercado externo; enquanto os pequenos produtores, que desenvolvem uma agricultura voltada para o mercado interno, tiveram suas áreas plantadas reduzidas, devido à falta de estímulo governamental. Muitos foram descapitalizados e desapropriados de suas terras, migrando para as cidades em busca de melhores condições de vida. Muitos dos que permaneceram no campo foram obrigados a vender sua força de trabalho nas grandes lavouras como forma de complementação de sua renda.

Então, o processo migratório de grande parte dos trabalhadores de suas terras deu-se em virtude da grande concentração fundiária no Brasil e da mecanização da lavoura, pois a política implantada pelo Estado brasileiro visava apenas ao aumento da produção de matérias-primas para a indústria e não ao abastecimento da população, provocando desinteresse pelos produtos destinados ao consumo interno. “Esse fato acentuou o problema alimentar, uma vez que grandes áreas destinadas ao cultivo de produtos alimentícios básicos da população tornaram-se lavouras agroexportadoras ou agroindustriais”, conforme David (1995, p. 38).

Esse modelo de produção moderna, introduzida no Brasil como forma de acabar com a fome dos brasileiros, provocou uma grande desigualdade social e econômica, agravando as condições de sobrevivência de grande parte da população que se encontrava fora dessa nova organização do espaço agrícola.

Além disso, não se pode esquecer do processo de degradação do meio ambiente que esse sistema acarretou: o desmatamento para a ampliação do espaço de produção; o desgaste e compactação do solo pelo uso de máquinas e equipamentos mecânicos, deixando-o exposto, acentuando o processo de erosão e, em consequência, há a poluição da água e o assoreamento dos rios, bem como problemas de saúde humana e a poluição causada pela utilização de defensivos químicos, etc. De acordo com Campos e Tsukamoto (2003), a agricultura moderna pode também ser considerada uma das responsáveis pela diminuição da biodiversidade, uma vez que o emprego de máquinas agrícolas e de insumos químicos, em ambientes frágeis, é responsável pelo processo de desertificação e destruição de algumas espécies.

EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL

De acordo com os estudos de Hoffmann et al. (1997), os primeiros imigrantes que colonizaram o estado rio-grandense foram os açorianos vindos da Ilha dos Açores, enviados pelo governo português a essa região, que não apresentava um contingente populacional adequado para a produção de mercadorias, isto é, os alimentos para abastecer a Colônia do Sacramento e a região de Minas Gerais. Ao contrário do restante do país, a ocupação desse local se deu de forma planejada e organizada.

Quanto à imigração de trabalhadores europeus, esta se deu de forma diferente da que ocorreu no Período Colonial, nas lavouras de café. Os primeiros imigrantes chegaram ao Rio Grande do Sul, durante as primeiras décadas do século XIX, atraídos por políticas governamentais, para fixá-los a terra e formar colônias, produzindo gêneros necessários ao consumo interno, segundo Giron (1992).

Esses imigrantes constituíram a camada intermediária da sociedade gaúcha, que até então era formada por grandes latifundiários, peões assalariados e escravos. A eles foram oferecidos lotes de terras, distribuídos através de pequenas propriedades, com o auxílio de equipamentos e sementes necessárias ao desenvolvimento da atividade. Quanto à agricultura, os imigrantes encontraram muitos obstáculos para a desenvolverem, pois a pequena propriedade era baseada apenas na mão de obra familiar e não possuíam ferramentas adequadas ao trabalho.

De acordo com David (1995), foi com a crise da agropecuária colonial no início do século XX que a estrutura agrícola do Rio Grande do Sul sofreu grandes alterações. Diante disso, a agricultura brasileira, em sua maior parte, passou por estruturações, deixando de ser praticada apenas para o consumo interno e passou a ser influenciada pelo setor industrial. Entretanto, nem todas as regiões do RS e nem todos os produtores integraram a produção agrícola à industrial. Como consequência, muitos descendentes de imigrantes migraram para outras regiões, na busca de novas fronteiras agrícolas. Outros permaneceram e tornaram-se mão de obra assalariada nas áreas em que conseguiram se especializar.

Para Moure (1992, p. 112), “nestas regiões especializadas, o minifúndio passa a se constituir em forma de penetração do capitalismo no campo, haja vista que sua produção passa a ser controlada pela indústria a fim”. Nesse contexto é que se dá a inserção da agricultura capitalista no Rio Grande do Sul, com o processo de modernização do campo e do desenvolvimento da agricultura, que levou ao surgimento da lavoura empresarial.

“Com a lavoura empresarial, transformaram-se as relações produtivas no espaço, articulando-se formas de produção e coexistindo, em um mesmo espaço geográfico, atividades tradicionais e modernas”, conforme David (1995, p. 30).

Anteriormente à década de 1960, sem o processo de industrialização e modernização do Brasil, como salienta Valente (2001), a agropecuária do Rio Grande do Sul apresentava-se diversificada, baseada

na produção agropecuária, desenvolvia a pecuária tradicional e a agricultura policultora de subsistência, comercializando apenas seus excedentes. A produção agrícola moderna, no RS, desenvolve-se a partir de incentivos por parte do Estado, o qual contribuiu não só para o aperfeiçoamento das técnicas de mecanização que eram introduzidas nas lavouras, mas também para o uso de fertilizantes e agrotóxicos, deixando de ser uma atividade apenas voltada para o mercado interno, abrangendo também o mercado internacional.

David (1995) afirma que a agricultura sul rio-grandense se estruturou de forma diversificada e concentradora, desenvolvendo áreas através do uso de técnicas modernas e de grandes incentivos governamentais como as lavouras de soja na região do Planalto gaúcho, e não diversificou outras que permanecem com uma pecuária tradicional, como a região da Campanha. Na região da Quarta Colônia, onde se encontravam parte dos imigrantes e seus descendentes, a agricultura de subsistência era baseada na pequena propriedade e se concentrava nas áreas mais elevadas e nas de transição com a Depressão Central, apresentando uma atividade diversificada através da policultura. O município de Pinhal Grande se encontra dentro desse contexto.

Segundo Valente (2001, p. 29), “o processo de capitalização do campo não é um processo que abrange de modo uniforme e homogêneo, mas, sim, incide nas diversas regiões do estado do Rio Grande do Sul, sob diferentes formas”. Essa prática agrícola não se expandiu por todas as culturas agrícolas, beneficiou apenas as culturas destinadas ao mercado externo e desfavoreceu as áreas destinadas à subsistência.

Com essa política adotada pelo Estado, o Rio Grande do Sul apresenta problemas na distribuição da renda e uma grande diminuição de alimentos destinados ao consumo interno, agravando a situação das pequenas propriedades que têm seus produtos desvalorizados. Isso acarreta o empobrecimento de grande parte dos agricultores, aumenta os níveis de miséria sobre as camadas sociais de menor poder aquisitivo e também há uma grande degradação ambiental.

Portanto, como afirma Valente (2001), o resultado do processo de modernização no Brasil, não foi o esperado, uma vez que esse é antieconômico, diante da descapitalização dos camponeses e a diminuição da produtividade devido ao empobrecimento dos agricultores; é antissocial porque acentuou o êxodo rural, a urbanização, a favelização, o desemprego, o subemprego e a concentração fundiária e antiecológica devido à intensa degradação ambiental. Como se observou antes, no Rio Grande do Sul, a situação não foi diferente.

PROCESSO DE FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BRASIL

Com a evolução das sociedades humanas, o homem, através de suas novas relações sociais, econômicas e políticas, proporcionou o processo de humanização da natureza, subordinando-a por meio do desenvolvimento científico-tecnológico, em busca de maior produção. Nesse momento, a construção do espaço se dava com uma nova estrutura social presente, formada por uma nova divisão

social do trabalho e pela transformação do meio natural, inclusive a terra, em capital, o que reestruturou o espaço geográfico. Ainda segundo Valente (2001, p. 5), “a organização do espaço possui a função de manutenção e reprodução das relações de poder estabelecidas, uma vez que o poder político apropria-se do espaço e transforma-o em instrumento privilegiado de exercício de poder”.

A partir desse novo modelo de produção, a questão ambiental, que não se resume apenas ao ambiente natural, mas às condições sociais da população, passa a se desvincular da estrutura social vigente até então, ou seja, ocorre uma ruptura entre homem e natureza, sendo que a última passa a ser subordinada às leis do desenvolvimento de uma nova sociedade, a capitalista, que busca, acima de tudo, a produção em larga escala, visa ao lucro e exclui grande parte da população que não consegue aderir a esse novo sistema.

No que se refere à organização socioespacial do território brasileiro, este vem sofrendo grandes transformações desde a constituição da República. É acompanhado nessas pela absorção do capital e pelo desenvolvimento da tecnologia de produção, no qual o Estado é o integrante principal na formação de um novo espaço.

De acordo com Valente (2001, p. 17):

nesse processo de transformação do espaço, o Estado é o veículo utilizado pela sociedade para atingir esses fins, uma vez que, de acordo com a conjuntura social, as estruturas vão se modernizando e transformando o espaço de acordo com os interesses dos grupos que dominam o poder.

Assim, o espaço geográfico encontra-se transnacionalizado, mundializando o processo produtivo comandado pelo grande avanço tecnológico, o qual é responsável pelo controle do mercado pelos grupos econômicos mais ricos, que dominam os meios de comunicação, controlam a produção e organizam a política do país ou regiões que fazem parte desse modelo globalizado. Dessa forma, o espaço se artificializa, apresentando características impostas por um sistema que padroniza os meios de produção, sendo que tudo é produzido e consumido de acordo com a lei do mercado, no qual a mídia é o meio de imposição dos produtos aos consumidores.

Portanto, esse sistema globalizado interfere no local com um único objetivo: tornar a sociedade globalizada e homogênea, impondo um modelo de produção com padrão tecnologicamente global que desconsidera o local, sua cultura e o aspecto social, valorizando, além de tudo, o capital e seus interesses econômicos. No entanto, as pessoas assim perdem sua identidade e sua autonomia, e isso está interferindo nas condições socioeconômicas da maior parte da população, que é a perdedora nesse processo.

Diante do exposto, deve-se buscar o desenvolvimento de novas formas de produção, pois o homem não precisa se subordinar à natureza como nos primórdios, mas deve se integrar a ela através de relações mútuas de colaboração, sendo que, para isso, deverá ocorrer a transformação da estrutura social presente, cujo conhecimento deve ser produto e produtor de uma ética que firme os valores básicos da sociedade e, sobretudo, que veja a natureza como um bem público cuja posse e uso não devem subordinar-se aos interesses da minoria dos homens.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Segundo dados da Prefeitura Municipal (s/d), o município de Pinhal Grande foi criado em 20 de março de 1992, com uma área de 474,80 Km². Limita-se ao norte e oeste com Júlio de Castilhos, ao sul com Nova Palma, a leste com Estrela Velha e Ibarama. Sua localização geográfica está entre 53° 5' e 53° 30' de longitude oeste de Greenwich e 29° 10' e 29° 30' de latitude sul.

De acordo com dados do IBGE (2006), Pinhal Grande está inserido na unidade geomorfológica do Planalto Meridional Brasileiro, representado pelas unidades morfológicas da Serra Geral e da Depressão do Rio Jacuí. A maior parte de sua área está enquadrada no Planalto Médio com uma altitude média em torno de 394 metros, sendo que o setor sudeste do município está posicionado no rebordo do Planalto, onde ocorre a presença de uma zona de transição do rebordo para o topo do Planalto. O relevo nesse setor é tipicamente serrano, com vales encaixados.

Na porção norte do município, a agricultura é desenvolvida com o uso de tecnologias modernas, destacando-se os cultivos de soja, trigo e milho. Nas áreas localizadas ao sul, sudeste e sudoeste, o relevo apresenta-se mais acidentado, destacam-se os minifúndios, que desenvolvem as culturas de feijão, fumo e milho, produzidas com baixa tecnologia e em pequena escala. É esse o contexto em que se localiza Cerro Azul, área de estudo desta pesquisa, situada ao sul do município, mais precisamente, sobre o rebordo do planalto, ponto de contato do Planalto com a Depressão. A maioria das propriedades rurais do município se encontra nessa faixa de transição, em que o Rio Jacuí é o divisor dessas formações geomorfológicas. É um relevo muito acidentado, propiciando o surgimento de propriedades pequenas, baseadas em uma agricultura de subsistência sem muito acesso às técnicas de modernização.

Segundo Prefeitura de Pinhal Grande (s/d), o município integra-se à Quarta Colônia de Imigração italiana por ser uma região que foi colonizada por um grande contingente de imigrantes que já haviam ocupado os núcleos e tiveram seus filhos deslocados para outras áreas. Ainda hoje, esse município se apresenta povoado por descendentes de imigrantes e por vários outros povos que, juntos, contribuem para a diversidade cultural dessa área. Portanto, percebemos que as características naturais, culturais e econômicas interferem na organização do espaço desse município, bem como no seu desenvolvimento.

METODOLOGIA

A metodologia constitui importante momento no processo de produção científica, a qual indica os caminhos da pesquisa. Lakatos e Marconi (1995) reforçam essa ideia, quando afirmam que o método científico é o caminho trilhado pelos cientistas, na busca de “verdades” científicas.

Esta pesquisa é classificada a partir de critérios. De acordo com os procedimentos de coleta, a metodologia é constituída de levantamento de dados e de pesquisa bibliográfica. Segundo as fontes de informação, ela é de campo, bibliográfica e de laboratório. Procedeu-se, inicialmente, a pesquisa

bibliográfica e, posteriormente, a pesquisa de campo e de laboratório. A partir de então, analisamos e confrontamos os fatos.

Inicialmente, foi elaborado o referencial teórico, a partir de levantamento bibliográfico, abordando a organização do espaço agrário. Após, foi construído um instrumento de pesquisa: um questionário contendo questões abertas e fechadas. Este instrumento foi aplicado para 70 moradores na localidade de Cerro Azul. No segundo momento, coletaram-se dados junto ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), referentes ao censo agropecuário de 1995 e de 2006 para se analisar a evolução da agricultura no município nesses últimos anos.

Na pesquisa, houve o envolvimento de 100% da comunidade da localidade de Cerro Azul, município de Pinhal Grande, RS, sendo que a aplicação do questionário abordou diversos aspectos como a percepção de meio ambiente dos moradores, sua condição socioeconômica, seu grau de escolaridade, sua estrutura etária, seus anseios em relação aos investimentos públicos, os produtos cultivados, dentre outros.

Também se analisou o processo de organização socioespacial da localidade no período de 1996 a 2006, investigando como se encontram organizados o espaço agrícola, sua estrutura fundiária e seu processo de modernização, bem como a evolução da agricultura brasileira. Isso foi realizado para se entenderem as modificações espaciais ocorridas no local. Além disso, foram diagnosticadas as consequências do processo migratório, os aspectos socioeconômicos dos agricultores, a importância da agricultura para o desenvolvimento do município e os impactos diante do meio ambiente e na vida socioeconômica da população.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste subtítulo, procurou-se analisar a realidade da localidade em estudo, confrontando-a com as referências bibliográficas. Com isso, poderemos entender a organização socioespacial de Cerro Azul e as transformações ocorridas dentro de um determinado recorte temporal. Nesse contexto, ainda foram analisados aspectos referentes à evolução da localidade e sua estrutura, bem como a dinâmica e a inserção da modernização agrícola nessa. Vários aspectos foram abordados e questionados aos moradores da localidade. Nesse sentido, foram colhidos os dados que serão analisados a seguir.

A pequena propriedade ocupa a maior extensão territorial do município e constitui o maior número de propriedades, mas apresenta um menor número de capital fixo, reflexo do processo desigual de modernização da agricultura brasileira, a partir da década de 1960. Diante disso, a organização desse espaço não apresenta grandes transformações, pois é aquele em que os fixos e fluxos se apresentam pouco intensos, reflexo da precária capacidade econômica dos agricultores, limitando-os diante da inserção no processo de capitalização. Esse é um dos elementos que constitui o espaço da localidade de Cerro Azul.

Com relação ao emprego da mão de obra familiar, esta abrange a maior parte do trabalho rural do município, sendo responsável por 91%, enquanto que o pessoal ocupado sem laços de parentesco, abrangendo os empregados temporários, permanentes e parcerias são responsáveis apenas por 9% do trabalho. Também se observa que o predomínio da mão de obra familiar teve uma queda de quase 6% no período de dez anos, consequência provável da migração de muitos jovens para as cidades vizinhas com o objetivo de darem prosseguimento a seus estudos, não retornando depois a sua origem, além do êxodo rural.

As transformações presentes, no espaço agrário atual da localidade, vêm se estruturando diante de uma maior modificação dos elementos que compõem o espaço geográfico pelo trabalho humano. Diante disso, as alterações no sistema de produção não ostentaram uma maior dinamização, pois o uso da tecnologia ainda é restrito na localidade de Cerro Azul, já que a utilização dos equipamentos mecânicos, entre os quais os tratores, é limitada a apenas 9% das propriedades, enquanto que os 91% restantes desenvolvem suas atividades baseadas ainda em técnicas tradicionais. Se compararmos esses dados com o município, Cerro Azul possui um desenvolvimento limitado da área mecanizada, visto que a maior parte dos agricultores não usufrui de condições financeiras para adquirir equipamentos mecânicos devido ao valor elevado e também em razão das irregularidades apresentadas pelo relevo.

Já o número de estabelecimentos agropecuários na localidade cresceu quase 50%, no período analisado, resultado da fragmentação das propriedades, consequência da redistribuição das terras aos filhos pela herança. Cerro Azul destaca-se por ser uma das localidades que apresenta a menor extensão territorial do município, bem como o maior número de propriedades, constituindo uma das áreas de minifúndio.

Com relação ao tempo de residência no local, os dados mostram que 33% dos entrevistados moram há 10 anos, resultado da fragmentação das propriedades e da divisão das terras aos filhos, os quais casaram e formaram sua própria família e em virtude da construção da Barragem de Dona Francisca, que desapropriou as terras de muitos agricultores e esses as compraram em Cerro Azul. Os moradores, que ali residem entre 11 e 20 anos, representam 17% do total; os de 21 a 30 anos representam 30%; e com mais de 30 anos, 20%.

Atualmente, a localidade é constituída majoritariamente por pequenas propriedades, tendo a agricultura como atividade econômica mais importante, baseada na mão de obra familiar, produzindo para o consumo das famílias e para a comercialização, uma vez que a maior parte da produção é destinada para atender aos mercados local, regional e nacional. O desenvolvimento das formas de produção é baseado ainda em técnicas tradicionais, como a enxada, a foice e o uso intensivo da força animal, pois o relevo acidentado não favorece o emprego de novas tecnologias, de novos cultivos e de novas formas de produção. Entretanto, o uso de defensivos químicos, adubos e sementes melhoradas, impostas pelo modelo capitalista de produção, é bastante intenso na localidade.

Com relação à diversificação e às formas de produção, essas não sofreram grandes alterações ao longo dos anos, pois muitos agricultores ainda permanecem cultivando os mesmos produtos com a mesma forma de produção, que é responsável pela grande degradação dos solos e pela diminuição da produtividade. Quanto às formas de comercialização dos produtos, essas são limitadas, ficando restritas às firmas fumageiras, as quais financiam a safra, especialmente de fumo, assim como à Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda, que compra a maior parte da produção de grãos; e aos compradores autônomos que se beneficiam à custa da falta de informação dos agricultores.

A organização do espaço agrário dessa área reflete as características de um espaço que se integra à indústria, embora os elementos necessários ao seu desenvolvimento sejam restritos: acesso à maior fração de terra pela maioria dos agricultores, falta de políticas agrícolas que atendam à pequena propriedade, precariedade de equipamentos, tanto mecânicos como manuais, isso limita, dessa forma, a expansão e o desenvolvimento da produção. Em contrapartida, é um espaço subordinado aos avanços tecnológicos, como o uso de defensivos químicos, fertilizantes, sementes melhoradas, vindo a constituir uma nova organização espacial em que o modo de produção não é decisão do proprietário e sim das empresas, como afirmou Silva (2003).

Os produtos mais cultivados nessa área são o fumo, o feijão e o milho, destinados principalmente à comercialização, ficando uma pequena parcela para o consumo na propriedade. O fumo é a cultura que mais se destaca, por abranger maior produção por hectare e seu preço ser mais valorizado, já que os demais cultivos, nos últimos anos, obtiveram preços baixíssimos em virtude do aumento da produção nas lavouras mecanizadas, resultado de uma política que não garante o preço justo ao agricultor familiar, além da especulação apresentada pelos intermediários.

A agricultura é praticada, em sua maior parte, em áreas de encosta, sendo que a maioria dos agricultores utiliza-se de adubos, corretivos e defensivos químicos, principalmente os produtores de fumo. Estes afirmaram que aqueles são indispensáveis em virtude da baixa fertilidade apresentada pelo solo e do aumento, a cada ano, de “pragas” e insetos. Sua utilização é intensiva, pois, através dela, os produtores possuem maior facilidade para o preparo do solo, limpeza e plantio, com o chamado “plantio direto”, técnica baseada no uso de defensivos químicos. Esses dados confirmam a queda da fertilidade apresentada pelos solos na localidade, responsáveis, em sua maior parte, pela baixa produção e produtividade, ocasionando a descapitalização de muitos agricultores, em vista do alto custo de produção.

Para o preparo do solo, os produtores se utilizam com frequência da técnica de lavragem, pois o relevo é acidentado, o que favoreceria a erosão. Diante disso, desenvolvem a técnica da coivara, queimando os resíduos das culturas que poderiam ser utilizadas como matéria orgânica. O uso de agrotóxicos e de novas técnicas agrícolas, muitas vezes, proporciona não só maior facilidade para a produção, diminuindo a utilização de mão de obra, mas também é responsável pela eliminação da microvida do solo e pela diminuição da sua produtividade ao longo do tempo, pois interfere na modificação do espaço agrícola.

Com relação às práticas de conservação do solo, há consciência por parte dos agricultores da necessidade de preservar a sua fertilidade, protegendo-o contra a erosão através da adubação verde e do cultivo em curvas de nível, pois manifestaram a preocupação de que, nos próximos anos, o solo não irá produzir mais, uma vez que suas técnicas não são utilizadas de forma adequada. Outras práticas de conservação não são utilizadas, porque não há orientação técnica aos agricultores, sendo que muitos ainda insistem nas tradicionais técnicas agrícolas, não buscando novas formas de cultivos e produção, até por desconhecê-las.

Diante disso, o solo apresentou desgaste nos últimos dez anos, o que nos possibilita afirmar que, com o seu empobrecimento, a produção é diretamente afetada, pois necessita, cada vez mais, da utilização de produtos químicos para a manutenção da produção e então aumentam os custos de produção e a degradação ambiental, o que constitui um ciclo vicioso, o qual interfere na organização espacial da localidade. Nesse sentido, é necessário desenvolver um trabalho de valorização quanto à produção baseada na adubação orgânica.

Por sua vez, grande parte dos agricultores se descapitalizaram, pois não conseguiram acompanhar o desenvolvimento tecnológico, uma vez que contraíram dívidas, sendo necessário, muitas vezes, venderem suas terras para pagarem as contas e migrar para as cidades, contribuindo para o aumento de 19,7% da população urbana do município em seis anos.

A assistência técnica dada aos agricultores, necessária para um melhor conhecimento das formas corretas de manejo do solo, de plantio e de colheita, apresenta-se precária, uma vez que os agricultores recebem assistência técnica dos orientadores agrícolas cedidos pelas firmas fumageiras. Quanto aos órgãos oficiais, esses deixam a desejar, pois não buscam desenvolver, no município, um novo modelo de produção, capaz de mudar a mentalidade dos agricultores.

As condições socioeconômicas dos moradores, nos últimos dez anos, tiveram uma pequena melhora em consequência não só da diversificação das atividades agrícolas, como também pela presença de novas fontes de renda: aposentadoria e prestação de serviços, bem como programas do governo federal como o bolsa família.

Em contrapartida, esses dados não demonstram que a comunidade apresente condições de vida adequada, pois para sobreviver não basta atingir um padrão de desenvolvimento econômico, quando sabemos que, se vivemos em um ambiente adequado à existência apenas composto de meios materiais, esse não nos proporciona qualidade de vida. Com base nisso, destacamos os problemas socioambientais observados na localidade, responsáveis pela queda da qualidade de vida dos moradores, pois de acordo com os depoimentos apresentados, todas as famílias consomem água sem nenhum tratamento.

Do total das famílias, 32 % delas sobrevivem sem a presença de saneamento básico, 68% afirmaram que têm a consciência de que os recursos hídricos de sua propriedade apresentam-se contaminados, 34% afirmaram ter em sua propriedade a presença de áreas desmatadas, 90% das proprie-

dades apresentam acúmulo de lixo, sendo que esse, muitas vezes, é jogado às margens das nascentes, queimado ou enterrado. Será isso uma boa qualidade de vida?

Portanto, poucos estão conseguindo melhores condições de vida para seus familiares, já que 50% dos moradores obtêm renda apenas das atividades agrícolas e afirmaram que apresentam dificuldades para sobreviverem, tendo em vista o aumento do custo de vida e a manutenção da propriedade ter ficado mais cara, assim como os produtos apresentam-se cada vez mais desvalorizados e eles não conseguem, muitas vezes, cobrir as despesas realizadas com o desenvolvimento das safras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise socioespacial da localidade de Cerro Azul, pôde-se também conhecer como se estruturou a organização da agricultura no município de Pinhal Grande nos últimos anos, suas transformações e as limitações apresentadas pelos agricultores no seu dia a dia.

No entanto, pode-se concluir que a maior parte dos agricultores que ainda permanece no campo, em Cerro Azul, desenvolve suas atividades agrícolas de forma tradicional, representando sua única fonte de renda a agricultura. As transformações, em maior escala, no sistema produtivo do município, caracterizam as áreas de maior extensão territorial, estão, portanto, de forma concentrada, não se expandindo no mesmo ritmo para as áreas de pequena propriedade. A reorganização espacial desse local e as modificações no seu sistema de produção se desenvolveram ao longo dos últimos anos de forma lenta, mesmo que o espaço geográfico tenha apresentado novas estruturas, isso não contribuiu para uma substituição do atual modelo agrícola.

Logo, há necessidade de mudança em relação ao que produzir, como produzir e como comercializar os produtos, pois os agricultores se apresentam, muitas vezes, dependentes de um modelo de produção que atende aos interesses impostos por um grupo de empresas. Assim sendo, caberia ao Estado estabelecer uma política de valorização da produção destinada principalmente à alimentação da população urbana, bem como estimular uma política de autogestão.

Essa situação reflete negativamente na capacidade de produção e conservação da propriedade, excluindo os minifúndios da integração com os centros nodais do sistema produtivo do Estado. Outra medida, que deve ser pensada, é em relação à baixa produtividade e qualidade de produção apresentada pelo setor agrícola, reflexo não só da ineficiência de novas técnicas de produção, mas também da falta de incentivo à pequena propriedade e da reduzida capacidade de produção dos solos, sendo ainda responsável pelos fluxos migratórios.

Com relação à pequena propriedade, aspecto dominante na área pesquisada, esta ainda se destaca como a principal produtora de gêneros alimentícios do município, fornecendo alimentos tanto para o mercado local como para o regional, o que deveria contribuir mais para o desenvolvimento social de Cerro Azul. Entretanto, a produtividade agrícola da área de estudo sofreu um decréscimo

no período analisado. Outro aspecto que merece destaque é a maior valorização da produção do fumo destinado à exportação, em virtude de a cultura apresentar um mercado mais atrativo e pela inexistência de informações aos agricultores, o que os impossibilita de novas atividades.

Essa forma de organização do espaço agrário da localidade de Cerro Azul reflete as dificuldades sociais, pois a atividade agrícola não vem contribuindo para a aquisição de recursos necessários para a permanência das famílias no campo.

No entanto, uma alternativa seria a diversificação das atividades ligadas à agricultura, com inserção de outras atividades complementares como a pecuária, a horticultura, a extração vegetal e um maior investimento nas lavouras permanentes para que o homem do campo, em sua propriedade, possa industrializar seus produtos, formando agroindústrias e assim abastecer a cidade. Para que essa proposta se concretize, não basta fornecer aos agricultores apenas os recursos financeiros, mas deve-se criar uma política que valorize os produtos primários e oriente as famílias da importância de buscar outras fontes de renda, desprendendo-se de uma política imposta pelo capitalismo.

As transformações se apresentam lentas e as dificuldades são muitas, pois além da falta de infraestrutura, os agricultores se deparam com a dificuldade de escoamentos dos produtos, pois as estradas que ligam a localidade a outros centros se apresentam em precárias condições, não contribuindo para uma maior dinamização do espaço e da economia.

Assim, para um espaço evoluir em suas relações, tanto econômicas como sociais, deve ser mais dinâmico, sendo que, para isso, o poder público deverá estabelecer uma política agrícola que valorize as potencialidades apresentadas pela comunidade e invista na assistência técnica a esses agricultores para a ampliação e diversificação de suas atividades. Com assistência permanente, obter-se-á maior quantidade e qualidade de produção e isso possibilitará, dessa forma, ao homem do campo, melhor qualidade de vida além de aumentar a arrecadação do município.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Margarida Cássia; TSUKAMOTO, Ruth Youko. As principais correntes da agricultura não convencional. In: CARVALHO, Márcia Siqueira de. **Geografia, meio ambiente e desenvolvimento**. Londrina: a Autora, 2003, p. 17-33.

DAVID, César de. **A estrutura da produção agrícola e as transformações decorrentes da modernização da agricultura no município de São Sepé - RS**. 1995. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UNESP, São Paulo: 1995.

FURTADO, Celso. **Uma economia dependente**. Rio de Janeiro: MEC - Serviço de documentação, 1956.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. 20. ed. São Paulo: Nacional, 1985.

GIRON, Loraine S. A Imigração Italiana no RS: Fatores Determinantes. In: DACANAL, José H. (Org.) et al. **RS: Imigração & Colonização**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 47-65.

HOFFMANN, Geraldo Rodolfo et al. **Rio Grande do Sul: aspectos da geografia**. 4. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

IBGE. **Censo Agropecuário**. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1995.

MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: DACANAL, José H. (Org.) et al. **RS: Imigração & Colonização**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 91-112.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE. **Histórico de Pinhal Grande**. Pinhal Grande, s/d. (texto digitado).

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, José Graziano. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

VALENTE, Valdemar. Considerações sobre a Geografia Agrária. **Revista Vidya**, Santa Maria, v. 14, n. 24, p. 113-119, jul./dez. 1995.

_____. **A agricultura e Organização do Espaço - O caso do Chapadão no Município de Jaguari, RS, nos últimos 40 anos**. 2001. 143 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UNESP, São Paulo, 2001.